

**HABEAS CORPUS Nº 560.530 - RS (2020/0029124-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : WESLEY ALBERTO VEDOVELLI MACHADO  
**ADVOGADO** : WESLEY ALBERTO VEDOVELLI MACHADO - RS072254  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : LUIS FERNANDO DOS SANTOS DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO. PRECEDENTES.*  
Ordem denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Luis Fernando dos Santos da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (HC n. 70083631572).

Tem-se dos autos que o paciente foi denunciado, bem como teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 158 e 180, ambos do Código Penal (fls. 120/121).

O pedido de revogação da custódia cautelar foi indeferido pelo Juízo singular em 25/11/2019 (fls. 179/181).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, no qual a ordem foi denegada, em aresto assim ementado (fls. 14/15):

*HABEAS CORPUS. EXTORSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.*

- REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. A decisão que decretou a segregação cautelar do paciente está devidamente apoiada em valor protegido pela ordem constitucional em igualdade de relevância com a liberdade individual - a tutela da ordem pública.

Ademais, apresenta suficiente análise dos pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal - prova da existência do crime e indícios da autoria, seguida da

decretação da medida restritiva com fulcro em hipótese fática prevista no dispositivo legal. O Julgador, analisando os elementos do caso concreto, no âmbito de seu livre convencimento motivado, corretamente justificou a segregação cautelar do paciente, atendendo às normas dispostas nos artigos 312, 313 e 315, todos do CPP. Suficiente fundamentação (art. 93, inc. IX, da CF).

- *PERICULUM LIBERTATIS. FUMUS COMISSI DELICTI*. Merece ênfase não só a gravidade ínsita ao delito imputado ao agente (extorsão), mas também a que foi revelada pelos meios concretos de sua execução, considerando as circunstâncias fáticas descritas na denúncia e nos elementos indiciários que instruem o presente writ. O paciente teria entrado em contato com os mecânicos que estavam em poder da caminhonete I/GM Silverado ao tempo da subtração e, via *Whatsapp*, exigido deles a quantia de R\$ 10.000,00 como resgate, caso contrário desmancharia o veículo e o repassaria “aos ciganos”. Após a entrega do montante de R\$ 8.000,00 para um motoboy, o automóvel foi recuperado e restituído ao seu proprietário. Réu preso em flagrante, em poder de diversos automóveis receptados, peças de carros e manuais de veículos furtados. E no telefone celular apreendido em seu poder foram encontradas, entre outras, fotografias da caminhonete em discussão, estacionada na garagem de sua residência, havendo informação de que tais arquivos havia sido manipulados na data em que praticada a extorsão. No mesmo aparelho telefônico foi localizado um “print de tela” de consulta realizada junto ao aplicativo “Sinesp Cidadão”, também efetuada à época do crime, na qual o automóvel em questão já constava como estando em “situação de roubo”. Com efeito, estas são circunstâncias que revelam não só a gravidade do delito, mas também a periculosidade social do agente. Ademais, a certidão de antecedentes criminais atualizada noticia que o paciente responde a nada menos do que outros oito procedimentos penais pela prática de crimes da mesma espécie (roubo, furto, extorsões e receptações), sendo seis deles relativos a fatos praticados em momento posterior ao delito ora examinado. Em uma das referidas ações penais já sobreveio, inclusive, sentença condenatória provisória (nº 010/2.18.0015622-4).

- *MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS*. Os documentos colacionados ao writ não revelam a suficiência da imposição das medidas cautelares diversas previstas no artigo 319 do CPP.

Ordem denegada.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta que houve ausência de fundamentação concreta para justificar a medida cautelar.

Aduz que não se encontram presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão preventiva.

Alega ausência de contemporaneidade, em razão dos fatos terem ocorrido no ano de 2017.

Requer, assim, a concessão da ordem para que o paciente possa responder ao processo em liberdade ou sejam aplicadas as medidas cautelares diversas da prisão.

Em 7/2/2020, o pedido liminar foi por mim indeferido às fls. 191/195.

# Superior Tribunal de Justiça

Após as informações prestadas às fls. 199/279, o Ministério Público Federal opinou pelo denegação da ordem (fls. 283/287).

Após consulta realizada no portal do Tribunal *a quo* na internet, foi possível observar que o processo se encontra na fase de instrução processual.

É o relatório.

Inicialmente, ressalto que a tese de que haveria ausência de contemporaneidade não foi objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual também não pode ser aqui analisada, sob pena de indevida supressão de instância.

Ainda que assim não fosse, não merece guarida a tese sustentada pelo impetrante, pois o Tribunal *a quo* ressaltou que o paciente *responde a nada menos do que outros oito procedimentos penais pela prática de crimes da mesma espécie (roubo, furto, extorsões e receptações), sendo seis deles relativos a fatos praticados em momento posterior ao delito ora examinado* (fl. 18).

Quanto aos demais fundamentos, diz a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que toda prisão imposta ou mantida antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por ser medida de índole excepcional, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, isto é, em elementos vinculados à realidade.

Eis a natureza da imputação (fls. 20/21):

[...]

## 1º FATO - RECEPTAÇÃO

Entre às 16h30min do dia 25 de julho de 2017 e às 09h27min do dia 26 de julho de 2017, em local não suficientemente precisado, nesta Cidade, o denunciado LUIS FERNANDO DOS SANTOS DA SILVA adquiriu e ocultou, em proveito próprio, 01 (uma) caminhonete I/GM Silverado, placas (...), que sabia ser produto de crime.

## 2º FATO - EXTORSÃO

A partir do dia 26 de julho de 2017, em local não suficientemente precisado, nesta Cidade, o denunciado LUIS FERNANDO DOS SANTOS DA SILVA constrangeu as vítimas Fernando Celio Casagrande e Roberto Luiz Rech, mediante grave ameaça e com intuito de obter para si indevida vantagem econômica, a lhe entregar a quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para a devolução do veículo caminhonete I/GM Silverado, placas (...)

## SINOPSE FÁTICA

Na oportunidade, um dia após o furto do veículo I/GM Silverado (B0 n. 21776/2017/151008), o denunciado ocultou-o em sua residência e, via WhatsApp, passou a exigir a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para devolução do

automóvel, caso contrário, iria desmanchá-lo.

Após negociações com as vítimas, acordaram no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), quantia esta entregue pessoalmente a um motoboy.

Posteriormente, o acusado contatou os ofendidos e informou que o veículo estaria abandonado próximo à Marcopolo.

O automóvel foi recuperado e restituído ao proprietário (BO n. 225/2017/151008).

De acordo com o relatório policial (fls. 08/67), o denunciado é alvo de investigação por diversos crimes similares.

A ação criminosa era perpetrada da seguinte forma - o denunciado oclutava a *res* e, na sua posse, contatava as vítimas através de ligações telefônicas e aplicativo *WhatsApp*, exigindo destas quantias em dinheiro como condição para devolver os veículos subtraídos.

Foram localizadas fotografias do veículo caminhonete I/GM Silverado, placas (...), em celular apreendido com o réu (fl. 49), sendo constatado que foram manipuladas no aparelho dia 26 de julho de 2017, ou seja, um dia após o furto do automóvel (fls. 75/77). Mostradas tais imagens à vítima, reconheceu como sendo o veículo subtraído.

O automóvel foi avaliado em R\$ 34.585,00 (trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) - auto da fl. 69.

[...]

Ao receber a denúncia, o Juízo singular acolheu o requerimento do órgão ministerial e decretou a custódia cautelar do paciente, aos seguintes fundamentos (fls. 120/121 – grifo nosso):

Expostos os fatos que constituem, em tese, o ilícito penal, com base no art. 41 do Código de Processo Penal, presentes os requisitos legais para a propositura da ação, RECEBO A DENÚNCIA.

No que tange à segregação cautelar do acusado, conforme o Ministério Público representou, entendo estarem presentes os requisitos para aplicação da medida extrema.

***In casu*, é irrefutável a gravidade do delito de receptação, que é responsável por fomentar a prática de outros delitos, bem como do delito de extorsão, com grave ameaça à vítima.**

**O acusado, apesar de primários, ostenta outros cinco processos em andamento pela prática de delitos patrimoniais, sendo um deles com sentença condenatória proferida, o que demonstra a audácia e a tendência para a prática de delitos, situação a causar grave abalo à ordem pública.**

O art. 312 do CPP autoriza a prisão preventiva quando imprescindível para a garantia da ordem pública e também para a aplicação da lei penal e processual penal.

No caso, conluo estarem presentes os requisitos legais exigidos para relativização do princípio da inocência (art 5º, LVII, da CF/88), baluarte do *status libertatis*, pois em liberdade é evidente que o acusado colocará em risco a ordem pública com a prática de novos delitos.

[...]

Outrossim, presente também prova da materialidade e indícios da autoria delitiva, considerando os elementos informativos constantes do IP, destacando-se que houve a apreensão de um telefone celular em poder do réu, contendo fotografias do veículo subtraído.

[...]

Ao indeferir o pedido de revogação da segregação cautelar, o Magistrado primevo ressaltou que, *ainda que praticados os delitos no ano de 2017, o réu responde a outros oito processos com denúncia recebida pela prática de delitos de mesma natureza, em que se observa o emprego do mesmo modus operandi, o que demonstra a organização e tendência do agente para a prática de delitos, situação a abalar a ordem pública e autorizar a prisão preventiva* (fls. 180/181).

O Tribunal local, ao denegar a ordem, confirmando a constrição cautelar, concluiu (fl. 18 - grifo nosso):

[...]

**Não bastasse, há nos autos a informação de que o paciente estaria envolvido no cometimento de uma série de delitos praticados com o mesmo *modus operandi*. A certidão de antecedentes criminais atualizada noticia que Luis Fernando responde a nada menos do que outros oito procedimentos penais pela prática de crimes da mesma espécie (roubo, furto, extorsões e receptações), sendo seis deles relativos a fatos praticados em momento posterior ao delito ora examinado. Em uma das referidas ações penais já sobreveio, inclusive, sentença condenatória provisória (nº 010/2.18.0015622-4).**

**Considerando, então, a existência de elementos concretos a demonstrar a existência de periculosidade do agente e o ponderável risco de reiteração delitiva, a decretação da segregação cautelar para a garantia da ordem pública se mostra justificada.**

Nesse contexto, ao contrário do sustentando pelo impetrante, fica evidente a configuração do *periculum libertatis*, o que conduz à conclusão de que a prisão preventiva foi corretamente decretada.

[...]

Assim, verifica-se que a prisão cautelar do paciente foi decretada e mantida pelas instâncias ordinárias, especialmente, para a garantia da ordem pública, com o intuito de cessar a reiteração delitiva, principalmente pelo fato de o acusado ostentar condenação e passagens por práticas de crimes, inclusive da mesma natureza do delito em questão, o que, na hipótese, representa risco concreto.

Como visto, o paciente tem se dedicado reiteradamente à prática criminosa. Tal circunstância denota a imperiosidade da prisão preventiva, não havendo ilegalidade a ser suprida.

Não foi outra a opinião do Subprocurador-Geral da República Mário Luiz Bonsaglia em seu parecer (fls. 283/287).

Ora, a *jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a*

*existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (RHC n. 76.929/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) – (HC n. 415.653/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 9/8/2018).*

A propósito:

**HABEAS CORPUS. IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. FURTO QUALIFICADO TENTADO E FALSA IDENTIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RÉU QUE POSSUI OUTROS REGISTROS CRIMINAIS ANTERIORES POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

**3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente possui outros registros criminais pela prática de crimes contra o patrimônio. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.**

**4. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68.550/RN, da minha relatoria, DJe 31/3/2016).**

5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

6. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 446.504/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 12/6/2018 – grifo nosso).

Havendo, portanto, fatores concretos aptos a demonstrar a necessidade da prisão preventiva, não se mostram suficientes, para o caso em análise, as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Além de que eventuais condições pessoais favoráveis, nessas circunstâncias, não têm o condão de, isoladamente, revogar a

# *Superior Tribunal de Justiça*

custódia cautelar.

Ante o exposto, com base no parecer e nos precedentes, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator